



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º TRIMESTRE DE 2014
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	5
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	7
PERSPECTIVAS PARA 2014	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14

1º TRIMESTRE DE 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei imposta às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 31 de Março de 2014 e o respetivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Comimittee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"). De referir que por se tratar de divulgação de informação intercalar a mesma não foi auditada.

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade aberta, com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05€, que estão admitidas à negociação em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. e conseqüente aumento de capital.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por praticamente 100% da atividade do Grupo.

A atividade do Grupo Lisgráfica, S.A., após 02 de Maio de 2008, é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 31 de Março de 2014:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-dez-1973	Queluz de Baixo	-
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas,SA	Composição e Montagem	18-out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

Em 09 de Maio de 2013 o Tribunal do Comércio de Lisboa proferiu o despacho de homologação do Plano de Revitalização da Lisgráfica (PER) apresentado em finais de 2012, o qual tinha sido aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos. A mencionada sentença de homologação transitou em julgado em 03 de Dezembro de 2013, conforme Certidão emitida em 17 de Fevereiro de 2014, a qual vincula todos os credores ao referido Plano de Revitalização. A aprovação do PER implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da empresa em 2013 quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira.

Em termos sintéticos, o impacto nas contas de 2013, considerando os valores de créditos constantes na Lista de Créditos Provisórios e com efeitos de implementação no mês a seguir à homologação (junho de 2013), foi de 52.941 milhares de euros resultante de:

- Perdão de Dívida de credores (bancos e fornecedores) – 33.299 milhares de Euros
- Efeito de desconto de atualização dos cash flows do plano de pagamentos – 19.642 milhares de euros dos créditos a liquidar nos termos do PER.

No período em análise a atualização trimestral dos passivos tem um impacto nos resultados de 503 milhares euros e a anulação dos respetivos impostos diferidos de 123 milhares Euros.

No primeiro trimestre de 2014, a economia portuguesa decresceu cerca de 0,7% face ao trimestre anterior; no entanto, cresceu 1,2% comparativamente com o trimestre homólogo. Regista-se assim uma inversão na tendência de crescimento do PIB verificado nos últimos trimestres de 2013. Para este comportamento contribuíram o crescimento das importações e uma desaceleração nas exportações e o consumo privado continua a mostrar uma recuperação, ainda que ténue.

Apesar da melhoria da situação económica nos últimos meses, existem ainda alguns riscos associados às restrições orçamentais que vão perdurar durante todo o ano de 2014.

O desemprego continua a mostrar sinais de redução, embora ligeira, com a taxa a baixar para 15,1%, que compara com os 15,3% registados no final de 2013.

A taxa de inflação média no final do trimestre atingiu os 0,2%, e recuou 0,4% face ao trimestre homólogo. Este indicador continua a contribuir para a recuperação económica.

Os sinais positivos registados nos últimos trimestres permitem antever que a trajetória tendencial da economia passe a ser positiva.

O sector da indústria gráfica não reflete ainda a tendência de recuperação económica, mantendo-se neste trimestre a redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas; também a nível de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais não se verifica uma inversão sustentada do ciclo recessivo.

Foi evidente um ajuste na estrutura de custos por parte dos principais editores com a redução do nº páginas e revisão em baixa das tiragens dos principais títulos.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores.

No primeiro trimestre de 2014, manteve-se uma redução do nível de atividade, embora a ritmo mais reduzido que nos anos anteriores. Comparativamente com o trimestre homólogo, a redução é de -2,2%, com destaque para a variação na rubrica catálogos e folhetos devido à alteração da estratégia de marketing seguida por algumas marcas comerciais.

Acentuou-se a tendência de alteração do mix do produto, isto é, cada vez mais a empresa produz trabalhos em que o cliente fornece o papel. Caso não se tivesse verificado esta alteração, a faturação teria diminuído apenas 150 mil euros. A faturação líquida no trimestre atingiu os 4,8 milhões de euros, que compara com 5,3 milhões, no exercício anterior.

Para esta variação contribui fortemente a redução dos trabalhos em que a Lisgráfica para além da impressão fornece o papel, como a seguir se indica:

- Faturação de impressão, com papel – 25,4%
- Faturação apenas de serviços de impressão – 6,4%

- Nº Cadernos (16 páginasA4) impressas 1ºT/2013 – 243,5 milhões
- Nº Cadernos (16 páginasA4) impressas 1ºT/2014 – 237,9 milhões

A análise por segmento reflete a evolução normal do mercado, bem como a alteração ocorrida na nossa carteira de grandes editores, em que um destes concentrou todos os seus trabalhos (jornais, revistas e suplementos) na Lisgráfica desde final de 2013.

No entanto, as maiores quebras registam-se nos segmentos Catálogos/Folhetos e Listas, consequência da alteração das políticas de marketing de algumas marcas comerciais, que reduziram o volume de investimento nos meios em suporte de papel.

Apesar deste decréscimo de atividade, a empresa concluiu o trimestre com os seguintes equipamentos a laborar:

- 5 Máquinas de impressão em rotativa
- 2 Máquinas de impressão em plana
- 15 Máquinas de acabamento

Verificou-se ainda, ao nível de processo produtivo, a adaptação dos horários de funcionamento nas áreas de impressão e acabamento de forma a ajustar a capacidade disponível face ao volume de trabalho e à redução do número de empregados.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o período anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2014 1º Trim	2013 1º Trim	Var. 13/14 Em €	Var. 13/14 Em %
Revistas	2.989	3.232	-243	-7,5%
Jornais/suplementos	891	857	34	4,0%
Catálogos e Folhetos	704	950	-246	-25,9%
Listas	77	136	-59	-43,4%
Outros	150	151	-1	-0,7%
TOTAL	4.811	5.326	-515	-9,7%

Em termos de produção de cadernos no formato A4 de 16 páginas (unidade de medida normalmente usada na indústria gráfica) a atividade apresenta um decréscimo global de - 2,2%, face a idêntico período do ano anterior e que é mais evidente nos segmentos de impressão de Catálogos e Folhetos, devido às alterações nas estratégias de marketing de algumas marcas.

Como tradicionalmente nos últimos exercícios, regista-se um decréscimo considerável na família de produtos "Listas" (-21,4%); esta rubrica inclui a impressão das listas telefónicas das Páginas Amarelas para o Continente e Ilhas.

Nº DE CADERNOS PRODUZIDOS EM FORMATO A4

DESCRIÇÃO	2014	2013	Var. 13/14 Em €	Var. 13/14 Em %
Revistas	170.962.016	165.027.924	5.934.092	3,6%
Jornais/suplementos	37.173.995	31.937.950	5.236.045	16,4%
Catálogos e Folhetos	25.271.055	40.669.269	-15.398.214	-37,9%
Listas	4.568.888	5.816.000	-1.247.112	-21,4%
TOTAL	237.975.954	243.451.143	-5.475.189	-2,2%

(Unidade - Cadernos A4 de 16 pág.)

Durante o 1º trimestre de 2014 não se verificou nenhum acontecimento na empresa subsidiária, Grafilis, SA.:

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

A Empresa, constituída em 1984, cessou a atividade operacional em 2005.

Devido à sua inatividade a empresa registou no trimestre um resultado nulo, pelo que os Capitais Próprios não apresentam qualquer variação face a 31 de dezembro de 2013.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 1ºTRIM. 2014/2013

DESCRIÇÃO	2014		2013		Var. 13/14	Var. 13/14
<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	4.811	94%	5.326	95%	-515	-9,7%
Outros Proveitos Operacionais	313	6%	252	5%	61	24,2%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	5.124		5.578		-454	-8,1%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	1.474	29%	1.595	29%	-121	-7,6%
Fornecimentos e S. Externos	1.530	30%	1.493	27%	37	2,5%
Custos Com Pessoal	1.568	31%	1.746	31%	-178	-10,2%
Amortizações e Ajustamentos	735	14%	975	17%	-240	-24,6%
Perdas de Imparidade	0	0%	0	0%	0	#DIV/0!
Outros Custos Operacionais	47	1%	40	1%	7	17,5%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	5.354		5.849		-495	-8,5%
RESULTADO CORRENTE - €	-230		-271		41	15,1%
RESULTADO CORRENTE - %	-4,5%		-4,9%		0,4%	7,6%
Imparidades Out. Créditos + Out. Custos e Proveitos não Correntes	-258		0		0,0%	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-488		-271		-217	-80,1%
EBITDA - €	505		704		-199	-28,3%
EBITDA - %	9,9%		12,6%		-2,8%	

Os Proveitos Correntes no trimestre cifram-se em 5,1 milhões de Euros, dos quais 94% provêm diretamente das vendas e 6% de outros serviços prestados.

Analisando em detalhe a evolução dos custos operacionais, é de referir:

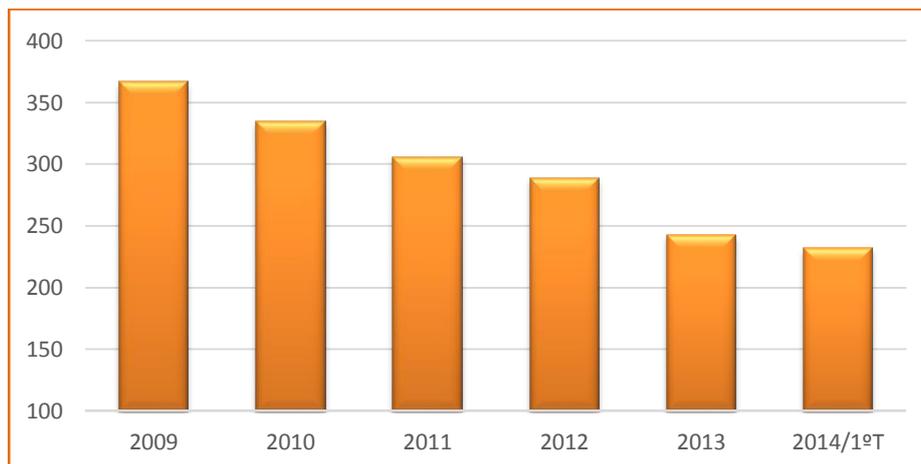
- na rubrica CMVC, a redução de 7,6% resulta em parte da variação ocorrida na atividade, com destaque para a menor incorporação de Papel e cuja variação foi de -19,8%. Os restantes custos que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa e evolução da atividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação de 2,5% resulta do efeito conjugado de vários fatores, entre eles, a redução de 20 % nos custos com Energia (em especial eletricidade), consequência da retração na atividade, que contrasta com

o aumento no custo de manutenção de equipamentos de produção e serviços de transporte de mercadorias;

- quanto aos Custos com Pessoal, a variação de -10,6% resulta da redução do número de trabalhadores por rescisão de contratos de trabalho, negociados em 2013 e 2014, no cumprimento do Plano Especial de Revitalização da empresa.

Evolução nº Trabalhadores 2009/2014



No final do ano anterior o grupo tinha 243 trabalhadores e no final deste trimestre o número tinha diminuído para 232, que compara com 288 no final do trimestre homólogo;

- as Amortizações e Ajustamentos apresentam um decréscimo de 24,6% devido à diminuição de custos com depreciação e bens do ativo que terminaram o seu período de vida útil contabilística no ano anterior;

O Resultado Corrente Consolidado (resultado decorrente das operações), apurado no primeiro trimestre de 2014, mantém-se negativo embora tenha registado uma melhoria, de + 15,1% face ao período homólogo, atingindo um valor de -230 milhares de Euros.

No corrente exercício existem valores (custos e Proveitos) que são considerados não correntes e que a seguir se discriminam:

- atualização do justo valor dos passivos reportados ao final do trimestre, de 258 milhares de euros, resultante da atualização do VAL dessas dívidas, as quais vão ser liquidadas em vários anos como definido no PER;

O Resultado Operacional Consolidado é, em 31 de março de 2014, de - 488 milhares de euros, o Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) mantém-se positivo em aproximadamente 0,5 milhões de Euros.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º TRIM. 2014/2013

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2014	2013	Var. 13/14 em €	Var. 13/14 em %
Resultados Correntes	0	-271	271	100%
Resultados Operacionais	-488	-271	-217	-80%
Resultados Financeiros	-426	-504	78	15%
Imposto S/ Rendimento	123	-8	131	1638%
Resultados Líquidos	-791	-783	-8	-1%

Os resultados financeiros apresentam uma melhoria devido à redução dos custos financeiros, consequência do perdão de dívida à Banca registado no ano de 2013, como definido no Plano de Revitalização. De referir que nos custos financeiros do trimestre estão incluídos 245 milhares de euros relativos ao valor de atualização do justo valor dos passivos bancários. Se expurgarmos este valor os custos financeiros de financiamento no trimestre ascendem a 182 milhares de euros.

Pelo exposto, os Resultados Líquidos Consolidados do primeiro trimestre de 2014 situam-se nos - 791 milhares de euros, ou seja, ao mesmo nível do trimestre homólogo.

No entanto, se compararmos os Resultados Líquidos em ambos os trimestres, retirando os efeitos dos valores contabilizados decorrentes do PER (atualização justo valor dos passivos e impostos diferidos), o Resultado do 1º Trimestre de 2014 é de - 411 milhares de euros, como a seguir se demonstra:

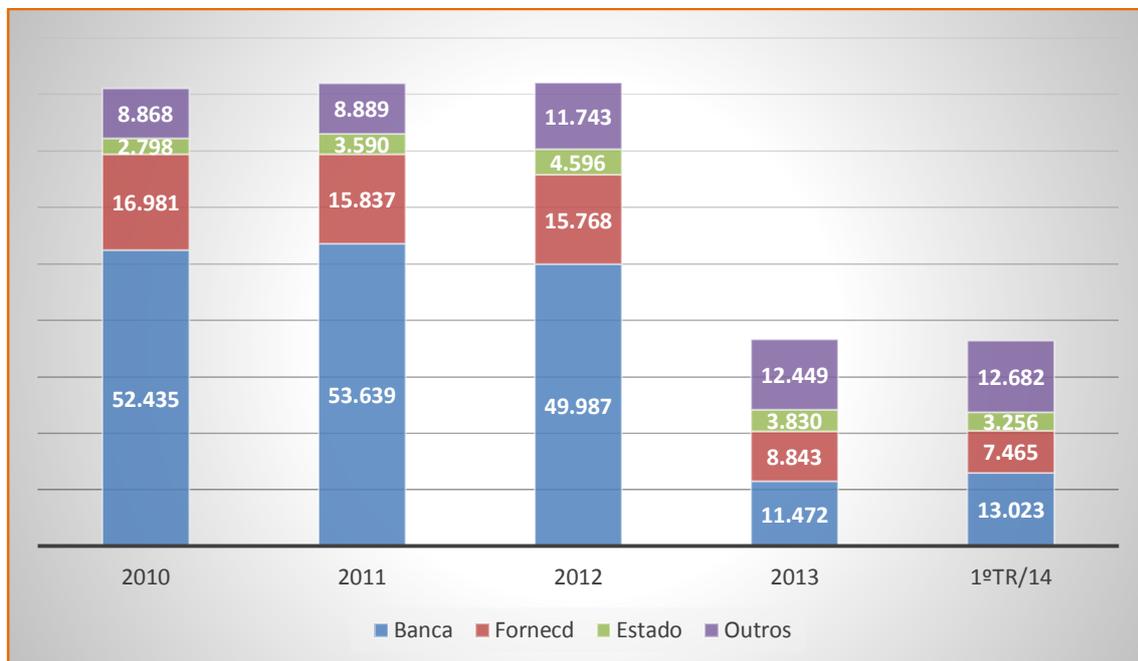
Resultado Líquido	- 791	milhares de euros
Atualização Justo Valor	+ 503	"
Impostos Diferidos	-123	"
Resultado Líquido ajustado	-411	"

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 1ºTRIM.2014/2013

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2014 1º Trim.	31/Dez/0 13	Var. 13/14 em €	Var. 13/14 em %
Activos não Correntes	20.139	20.939	-800	-4%
Activos Correntes	7.613	7.772	-159	-2%
TOTAL ACTIVO	27.752	28.711	-959	-3%

Capital Próprio	-8.673	-7.882	-791	-10%
Passivo não Corrente	21.310	21.003	307	1%
Passivo Corrente	15.115	15.590	-475	-3%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	27.752	28.711	-959	-3%

Evolução Endividamento (a) - 2010/2014



(a) – Passivo não Corrente + Passivo Corrente

As principais variações ocorridas são:

- Ativos não Correntes: diminuição de cerca de 4%, devido à redução do Imobilizado Líquido, pelo facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção);
- Ativos Correntes: manteve-se praticamente inalterável em linha com a evolução da atividade;
- Capital Próprio: nesta rubrica a principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no exercício. O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 8.673 milhares de euros negativos;
- Passivo Não Corrente: a variação deve-se à reclassificação de alguns valores que passaram de passivos correntes, no âmbito do definido no Processo Especial de Revitalização, o qual define uma liquidação durante vários anos das dívidas à Banca, Fornecedores e Estado;
- Passivo Corrente: a redução é consequência da reclassificação de responsabilidades, nomeadamente leasing, que passaram para não corrente;
- Passivo Global: regista uma redução de 0,5%, apesar do efeito contabilístico da reposição do valor nominal da dívida incluída no PER ao longo do seu período de vida.

De referir que, durante o trimestre, o grupo cumpriu na íntegra a liquidação das prestações correntes perante a Autoridade Tributária e Segurança Social.

No período foi concedido um financiamento adicional para fazer face aos custos com a reestruturação, previsto no Plano de Revitalização, e que ocorreu após a emissão da certidão do trânsito em julgado da sentença que homologou o PER.

A empresa está a dar cumprimento e a concluir a implementação das medidas definidas no referido Plano.

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais da empresa participada e integrada no perímetro de consolidação, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores:

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

DESCRIÇÃO	2014	2013	Var. 13/14
Activo Total Liq.	5	4	1
Passivo Total	1.400	1.398	2
Capital Próprio	-1.395	-1.394	-1
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	0	60	-60
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

PERSPETIVAS PARA 2014

Na linha da evolução positiva do PIB registada nos últimos trimestres de 2013, prevê-se para o corrente ano um crescimento da economia portuguesa de aproximadamente 0,8%.

A sustentar a recuperação da economia portuguesa estão a retoma do consumo privado e do investimento. Estima-se ainda que as exportações continuem a contribuir de forma positiva para o crescimento da economia, embora para 2014 se anteveja um crescimento inferior ao verificado em 2013.

No entanto, a recuperação económica vai ser condicionada pela continuação do processo de consolidação orçamental, em curso desde o início do programa de apoio da troika.

No sector de atividade onde a Lisgráfica se enquadra, os constrangimentos continuarão a ser evidentes uma vez que a dependência face ao comportamento do investimento publicitário é elevada, e as recentes estimativas apontam para um ligeiro decréscimo ainda em 2014 e em especial na imprensa. Este facto vai continuar a condicionar o sector gráfico com uma continuada redução do número de páginas. Igual comportamento deve ocorrer com as grandes marcas de consumo cujo suporte de comunicação é o papel (catálogos e folhetos) e que aponta para um comportamento de redução do número e volume de campanhas.

Tendo em consideração estes pressupostos, a Lisgráfica S.A. estima que para 2014 a faturação vá apresentar uma redução entre 1% a 3% face ao verificado no exercício anterior. Manter-se-ão as medidas de redução de custos por forma a adequar a estrutura interna de produção e serviços de suporte, face ao nível de produção estimado para 2014.

Com a aprovação do PER (Plano de Revitalização) e emissão da Certidão de trânsito em julgado da sentença de homologação, a aplicação das medidas definidas vai permitir melhorar o desempenho dos indicadores financeiros e também do EBITDA para os próximos anos. Antevemos assim, atingir, brevemente, resultados operacionais e demais indicadores económicos positivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de Março de 2014.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

O Conselho de Administração no cumprimento do disposto no Artigo 35º do CSC irá comunicar à Assembleia Geral de Acionistas o facto de estar perdido mais de metade do Capital Social da empresa.

No presente exercício assistiu-se à inversão do processo de degradação dos Capitais Próprios, em consequência da aplicação das medidas previstas no Processo de Revitalização (PER) e do registo do perdão de dívida aprovado nos termos do mesmo Processo.

Como já referido, o PER transitou em julgado por Certidão emitida pelo Tribunal em fevereiro de 2014. Parte das medidas cuja implementação dependia exclusivamente da empresa foram concretizadas durante 2013 e as restantes são concretizadas ao longo do ano de 2014, após o trânsito em julgado da sentença.

Em 2013 de destacar as medidas já concretizadas:

- redução da área (m2) ocupada e, conseqüentemente, do valor da renda mensal
- redução do passivo através de perdão de dívida
- diferimento no tempo da liquidação da dívida PER

Durante 2014 e em fase de implementação,

- redução do número de empregados (processo iniciado em 2013 e ainda em curso durante 2014)
- redução do número de turnos

Estima-se que, nos próximos exercícios, se mantenha a tendência de melhoria dos Capitais Próprios em resultado da integral aplicação destas e outras medidas e a empresa voltará, brevemente, à situação de dispor de Capitais Próprios positivos.

Queluz de Baixo, 27 de maio de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais, folhetos e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam a impressão de jornais, revistas e listas telefónicas.

A atividade do Grupo Lisgráfica, S.A., após 02 de Maio de 2008, é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Processo Especial de Revitalização ("PER") requerido pela Empresa - mãe em finais de 2012, e aprovado por 89,84% dos votos regularmente expressos, foi homologado pelo 1º. Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa em 09 de maio de 2013. O referido Plano transitou em julgado em 3 dezembro de 2013 conforme certidão emitida pelo tribunal em 17 de fevereiro de 2014.

A Empresa - mãe reconheceu o efeito da aplicação das medidas aprovadas com referência à data da homologação do Plano. Em termos resumidos, o impacto nos resultados, considerando os valores de créditos constantes na Lista de Créditos Provisória e com efeitos de implementação a 01 de junho de 2013, foi de 52.940.878 euros, repartidos por:

. Perdão de dívida:	33.299.303 euros
. Efeitos do desconto de atualização de cash-flows:	19.641.574 euros

No trimestre findo em 31 de março de 2014 o efeito resultante da atualização do desconto da dívida foi de 503.184 euros.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de maio de 2014.

Os principais acionistas são a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 39,40% do capital social.

Os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2014 são, na sua totalidade, comparáveis com as do exercício anterior.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

(Montantes expressos em Euros)

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2013, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respectivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adotou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de Janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respetivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2013.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

2.2 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os ativos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

(Montantes expressos em Euros)

2.3 Ativos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse previamente detido na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.”

No caso de ser apurada uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

(b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo que sejam controláveis e fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Software*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado activo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

(Montantes expressos em Euros)

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de parte de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para o uso pretendido.

A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

2.5 Imparidade de ativos

O Grupo efetua avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash flows independentes, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão

(Montantes expressos em Euros)

das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O Goodwill e os Ativos Intangíveis sem vida útil definida são testados para imparidade anualmente.

2.6 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.7 Existências

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, que corresponde ao respetivo valor de mercado.

2.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

(Montantes expressos em Euros)

2.8.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “*cash-flows*” esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.8.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica “Empréstimos obtidos”.

2.8.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.8.4 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.8.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 20). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

(Montantes expressos em Euros)

2.8.6 Ativos disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu justo valor, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas em capital próprio, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se referente a instrumentos de capital cujo justo valor não for determinável com fiabilidade.

2.9 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

O valor do imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

(Montantes expressos em Euros)

2.11 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes das prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral, de acordo com a percentagem de conclusão ou com base no período do contrato, quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço, e são apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral sob a designação de Vendas.

2.12 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.13 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expeável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.15 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- (c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.
O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, folhetos, jornais e listas telefónicas, na medida em que o reporte interno de informação à gestão é efetuado nesse pressuposto.

2.16 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

(Montantes expressos em Euros)

2.17 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo nº. total de ações deduzido do nº. de ações próprias.

2.18 Capitalização de juros

O Grupo Lisgráfica não efetua a capitalização de juros.

2.19 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza, sendo subseqüentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral Consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do período são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.21 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos

(Montantes expressos em Euros)

passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma adequada. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Imparidade de clientes e outras contas a receber

A Empresa mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio

(Montantes expressos em Euros)

de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 31 de março de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem efetiva em	
		31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis")	Barcarena	100	100

5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Revistas	2.989.112	3.232.150
Jornais e suplementos	890.911	856.625
Catálogos e folhetos	703.959	950.153
Listas	77.025	136.000
Outros	150.012	150.690
	<u>4.811.019</u>	<u>5.325.618</u>

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

(Montantes expressos em Euros)

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de março de 2013</u>
Aluguer de instalações (a)	156.086	156.801
Imputações de custos (b)	31.642	92.471
Variação da produção (c)	113.000	-
Outros proveitos operacionais	<u>12.749</u>	<u>3.158</u>
	<u><u>313.477</u></u>	<u><u>252.430</u></u>

(a) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(b) Esta rubrica reflete os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

(c) A variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013 é a seguinte:

	<u>de 2014</u>	<u>de 2013</u>
Existências finais de produtos e trabalhos em curso (Nota 15)	113.000	-
Existências iniciais de produtos e trabalhos em curso (Nota 15)	-	-
	<u>113.000</u>	<u>-</u>

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de março de 2013</u>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	<u>1.473.754</u>	<u>1.595.294</u>

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Subcontratos	94.961	99.408
Electricidade	362.170	453.687
Combustíveis e outros fluídos	140.820	129.150
Rendas e alugueres (a)	423.245	421.993
Transportes de mercadorias	69.070	58.280
Conservação e reparação	154.921	98.196
Trabalhos especializados	113.801	84.301
Outros	171.134	147.356
	<u>1.530.122</u>	<u>1.492.371</u>

(a) Em 31 de março de 2014 e 2013, esta rubrica inclui o montante de 122.127 euros e 120.930 euros, decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 27).

Locações operacionais

Em 31 de março de 2014 e 2013, a locação operacional existente respeita à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada.

As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008 e 30 de novembro de 2010, bem como pelo acordo de 29 de abril de 2013, na qual se reduziu a área atualmente ocupada em cerca de 3.500 m² e se fixam os valores de rendas mensais até julho de 2016.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013, os custos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos àquele contrato de locação operacional, são conforme segue:

	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Fornecimentos e serviços externos	<u>422.127</u>	<u>421.993</u>

9. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013, os custos com o pessoal apresentam a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de março de 2013</u>
Salários e remunerações	1.156.551	1.305.179
Encargos sobre remunerações	267.752	309.380
Outros custos com o pessoal	<u>143.387</u>	<u>131.418</u>
	<u>1.567.690</u>	<u>1.745.977</u>

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, o número de pessoas ao serviço do Grupo foi de 232 e 288 empregados, respetivamente.

10. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013, têm a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de março de 2013</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	146.047	462.985
Atualização do desconto da dívida:		
Financiamentos (Nota 20)	199.810	-
Locações financeiras (Nota 21)	45.709	-
Outros custos financeiros	<u>36.567</u>	<u>41.813</u>
	<u>428.133</u>	<u>504.798</u>
 <u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	110	66
Outros proveitos financeiros	<u>1.415</u>	<u>600</u>
	<u>1.525</u>	<u>666</u>
 Proveitos/custos financeiros, líquidos	<u>(426.608)</u>	<u>(504.132)</u>

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, foi como segue:

Em 31 de março de 2014:

(Montantes expressos em Euros)

	Activos por impostos		Passivos por		Total
	impostos diferidos		impostos diferidos		
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Subsidios do Governo	Desconto das dívidas do PER	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	347.660	347.660	8.233	4.521.460	4.877.353
Redução	34.358	34.358	-	123.280	157.638
Saldo em 31 dezembro de 2013	<u>313.302</u>	<u>313.302</u>	<u>8.233</u>	<u>4.398.180</u>	<u>4.719.715</u>

Em 31 de março de 2013:

	Activos por impostos		Passivos por impostos diferidos		Total
	diferidos				
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Subsidios do Governo		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	411.571	411.571	10.603		422.174
Redução	46.042	46.042	592		46.634
Saldo em 31 dezembro de 2013	<u>365.529</u>	<u>365.529</u>	<u>10.011</u>		<u>375.540</u>

Em 31 de março de 2014, os passivos por impostos diferidos no montante de 313.302 euros correspondem ao justo valor de direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registar ativos por impostos diferidos, decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência dos passivos por impostos diferidos; excetuam-se os passivos correspondentes aos subsídios do Governo e do desconto das dívidas em PER.

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 31 de março de 2014.

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das depreciações do período findo em 31 março de 2014.

14. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	31 de março de 2014			31 de dezembro de 2013
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor Líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA("Rasográfica") ("Rasográfica") (Nota 28)	2.066.520	-	2.066.520	2.109.591
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 28)	3.413.227	(3.413.227)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	<u>85.317</u>	<u>-</u>	<u>85.317</u>	<u>85.317</u>
	<u>7.145.287</u>	<u>(3.413.227)</u>	<u>3.732.060</u>	<u>3.775.131</u>

(a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

(b) Em 31 de março de 2014 e dezembro de 2013, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 20).

15. EXISTÊNCIAS

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo (Nota 8)	257.921	(4.369)	253.552	213.779	(4.369)	209.410
Produtos e trabalhos em curso (Nota 7)	<u>113.000</u>	<u>-</u>	<u>113.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>370.921</u>	<u>(4.369)</u>	<u>366.552</u>	<u>213.779</u>	<u>(4.369)</u>	<u>209.410</u>

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

16. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	31 de março de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Valor bruto	Perdas de Imparidade (Nota 23)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de Imparidade (Nota 23)	Valor líquido
Não correntes:						
Cientes	<u>5.138.809</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.142.421</u>	<u>5.138.809</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.142.421</u>
Correntes:						
Cientes	<u>13.435.420</u>	<u>(9.097.476)</u>	<u>4.337.944</u>	<u>13.975.966</u>	<u>(9.097.476)</u>	<u>4.878.490</u>
Total	<u>18.574.229</u>	<u>(12.093.864)</u>	<u>6.480.365</u>	<u>19.114.775</u>	<u>(12.093.864)</u>	<u>7.020.911</u>

Em abril de 2011, foi intentada uma ação declarativa de condenação contra empresas do Grupo Impala, decorrente do incumprimento destas no pagamento da dívida. Em inícios de Abril de 2014 a decisão da 1ª Instância foi favorável à Lisgráfica, tendo a Impala sido condenada a pagar um montante de cerca de 4 milhões de euros acrescidos dos respetivos juros de mora.

17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Devedores diversos	487.842	540.809
Rasográfica	981.711	953.325
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Rappel de fornecedores	61.061	61.061
Seguros	34.689	10.916
Imposto sobre o valor acrescentado	175.929	378.799
Juros a debitar	-	-
Outros diferimentos	65.228	52.394
Adiantamentos a fornecedores	36.233	39.969
Adiantamentos ao pessoal	<u>22.651</u>	<u>19.932</u>
	<u>1.865.344</u>	<u>2.057.205</u>

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas é como segue:

(Montantes expressos em Euros)

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Numerário	2.352	3.700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	772.472	376.624
Caixa e seus equivalentes	774.824	380.324
Descobertos bancários (Nota 20)	(73.943)	(10.089)
Caixa e depósitos bancários	700.881	370.235

19. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Saldo em 31 de Dezembro de 2013	Aplicação resultado 2013	Alteração do perímetro de consolidação	Resultado líquido do exercício	Saldo em 31 de março de 2014
Capital	9.334.831	-	-	-	9.334.831
Ações próprias	(474.121)	-	-	-	(474.121)
Reserva legal	1.357.744	-	-	-	1.357.744
Outras reservas	7.923.900	-	-	-	7.923.900
Resultados transitados	(64.136.598)	40.578.514	-	-	(23.558.084)
Excedentes de valorização de ativos	34.955	-	-	-	34.955
Outras variações no capital próprio (a)	5.152.807	-	-	-	5.152.807
Resultado consolidado líquido do período	32.924.641	(40.578.514)	-	(791.313)	(8.445.186)
	<u>(7.881.841)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.673.154)</u>

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 Euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	Nº. de ações	Porcentagem
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gestprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferior a 10% do capital	17.941.538	9,61%
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Empresa detinha 52.513 ações próprias, que correspondem a 0,03% do total do capital, com um valor de 474.121 Euros.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

(Montantes expressos em Euros)

20. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Financiamentos bancários (a)	7.192.324	-	6.392.516	-
Outros financiamentos (b)	411.155	21.770	390.547	39.020
Descobertos bancários (c)	1.163	75.871	1.161	3.343
Factoring (d)	-	2.596.445	-	2.890.808
Letras descontadas (e)	806.250	173.534	849.591	173.784
Cheques pré-datados (f)	-	317.284	-	27.197
	<u>8.410.892</u>	<u>3.184.904</u>	<u>7.633.815</u>	<u>3.378.932</u>

A rubrica de Financiamentos registou no trimestre findo em 31 de março de 2014 o montante de 199.810 euros resultantes de atualizações do desconto da dívida (Nota 10)

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

(a) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (i)	194.889	-	188.982	-
BCP (ii)	469.835	-	455.595	-
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (iii)	170.209	-	165.050	-
BCP (iv)	184.561	-	178.967	-
BCP (v)	106.857	-	103.618	-
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (vi)	18.225	-	17.673	-
Montepio Geral ("Montepio") (vii)	44.880	-	43.520	-
BCP (viii)	18.107	-	175.585	-
BCP (ix)	3.589.021	-	3.480.240	-
BCP (x)	709.026	-	687.537	-
Banco Popular, S.A. ("BP") (xi)	27.342	-	26.513	-
Banif (xii)	60.719	-	58.879	-
Banif (xiii)	117.696	-	114.129	-
CGD (xiv)	297.342	-	288.329	-
Banco Efisa (xv)	107.354	-	104.100	-
Banif (xvi)	228.793	-	221.858	-
Banif (xvii)	84.502	-	81.941	-
BCP (xviii)	600.000	-	-	-
	<u>7.192.324</u>	<u>-</u>	<u>6.392.516</u>	<u>-</u>

(Montantes expressos em Euros)

- (i) Financiamento concedido pelo BES sob a forma de conta corrente e que à data da aprovação do Processo Especial de Revitalização era de 1.166.353 euros.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado e votado por maioria e que se traduziu em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos.
O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 394.599 euros, com as seguintes particularidades:
· Linha de 195.599 Euros;
· Linha de 164.500 Euros;
· Linha de 24.500 Euros;
as quais serão liquidadas nos termos do referido Plano:
- 90 % em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de pagamento de capital e juros vincendos por um período de 24 meses;
- 10%, prestação nº. 157, a pagar no final da operação.
- (ii) Financiamento concedido pelo BCP em Dezembro de 2010, no montante inicial de 2.650.000 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado e votado por maioria e que se traduziu em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 926 240 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses;
- 10%, prestação nº. 157, a pagar no final da operação.
- (iii) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 960.000 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado e votado por maioria e que se traduziu em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 335.536 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses;
- 10%, prestação nº. 157, a pagar no final da operação.
- (iv) Financiamento concedido pelo BCP, no montante de 1.040.625 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado e votado por maioria e que se traduziu em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 364.219 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:

(Montantes expressos em Euros)

- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses;
 - 10%, prestação nº. 157, a pagar no final da operação.
- (v) Financiamento concedido pelo BCP, em 22 de maio de 2009, no montante de 602.500 euros sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
- O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 210.875 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (vi) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 102.637 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
- O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 35.883 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (vii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante 253.193 euros sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
- O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 88.641 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (viii) Financiamento concedido pelo BCP, em dezembro de 2010, no montante inicial de 1.021.236 euros sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
- O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 356.926 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:

(Montantes expressos em Euros)

- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (ix) Financiamento concedido pelo BCP, em dezembro de 2010, no montante inicial de 20.240.000 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
- O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 7.075.303 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (x) Financiamento pelo BCP, em dezembro de 2010, no montante inicial de 4.000.000 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
- O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 1.398.400 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (xi) Financiamento concedido pelo Banco Popular, no montante inicial de 153.193 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
- O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 53.957 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (xii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 342.551 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER, a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos
- O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 119.790 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.

(Montantes expressos em Euros)

- 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (xiii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 662.832 euros sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
 - perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos.O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 231.276 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
 - 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (xiv) Financiamento pela Caixa Geral de Depósitos, no montante de 1.677.195 euros, a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
 - perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos.O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 231.276 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
 - 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (xv) Financiamento concedido pelo Banco Efisa, no montante de 605.299 euros sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
 - perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos.O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 211.855 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
 - 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (xvi) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 1.291.194 euros, sob a forma de mútuo.
Com a aprovação do PER a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:
 - perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos.O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 451.301 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:
 - 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vincendos por um período de 24 meses.
 - 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.
- (xvii) Financiamento concedido pelo Banif, em 16 de Janeiro de 2012, no montante de 477.000 euros sob a forma de mútuo.

(Montantes expressos em Euros)

Com a aprovação do PER a Empresa aplicou o definido no Plano de Recuperação apresentado por maioria e que se traduziu, em:

- perdão de 65% do capital e da totalidade dos juros vencidos.

O valor em dívida após o registo do perdão passa a ser de 166.759 euros, o qual será liquidado nos termos do referido Plano:

- 90% em 156 prestações, mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros calculados à taxa Euribor mais um spread de 2% e com carência de capital e juros vencidos por um período de 24 meses.

- 10%, a 157ª prestação, a pagar no final da operação.

- (xviii) Financiamento concedido no âmbito PER destinado a suportar parte dos custos com a reestruturação, pelo Banco Comercial Português em 25 de março 2014, sob a forma de mútuo, no montante de 600.000 euros. É reembolsável em 84 prestações, mensais, após um período de carência de 24 meses, em 84 prestações mensais. Vence juros à taxa Euribor a 30 dias, acrescida de 2%.

Em 31 março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as dívidas integradas em planos de pagamento tinham os seguintes prazos de vencimento:

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Ate um ano	-	-
A mais de 1 e menos de 2 anos	790.134	538.318
A mais de 2 e menos de 5 anos	3.067.568	2.768.493
A mais de 5 anos	<u>9.745.988</u>	<u>9.696.879</u>
	<u>13.603.690</u>	<u>13.003.690</u>
Total	<u>13.603.690</u>	<u>13.003.690</u>

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respetivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 Euros (Nota 24). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 12), uma vez que terá de ser 25% desta.
- (c) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os descobertos bancários são facilidades concedidas pelos bancos, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.

(Montantes expressos em Euros)

(e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.

(f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 317.284 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP. Em 31 de março de 2014 a Empresa tinha contratado junto do BCP uma linha de desconto de cheques, com um plafond de 600.000 euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

21. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	1.427.392	-	430.058	-

A rubrica de Credores por locações financeiras registou no trimestre findo em 31 de março de 2014 o montante de 45.709 Euros resultantes da atualização do desconto da dívida (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2013, a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 7.029.000 euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 4.322.380 euros, o que perfaz um valor líquido de 2.706.620 euros.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os planos de reembolso são os seguintes:

	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Ate 1 ano	-	-
De 1 a 2 anos	168.159	80.158
De 2 a 5 anos	605.373	412.245
A mais de 5 anos	1.933.088	1.344.610
	2.706.620	1.837.013
Total	2.706.620	1.837.013

22. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento nas perdas por imparidade nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é conforme segue:

(Montantes expressos em Euros)

	Existências (Nota 15)	Clientes e contas a receber (Nota 16)	Outros activos correntes (Nota 17)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	6.763	12.250.583	3.349.627
Aumentos	-	129.756	48.600
Reduções	(2.394)	(24.249)	-
Utilizações	-	(262.226)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>4.369</u>	<u>12.093.864</u>	<u>3.398.227</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.369	12.093.864	3.398.227
Aumentos	-	-	-
Reduções	-	-	-
Utilizações	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2014	<u>4.369</u>	<u>12.093.864</u>	<u>3.398.227</u>

As utilizações das perdas de imparidade em “Clientes e contas a receber” e “Outros ativos correntes” em 2013 estão relacionadas com a utilização dos ajustamentos de clientes constituídos em exercícios anteriores, e cuja recuperação a Empresa considerou muito pouco provável.

23. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição e respetivo plano de pagamentos:

	31 de março de 2014			31 de dezembro de 2013
	Valor bruto	Valor do desconto	Valor líquido	
Contrato de impressão (a)	1.686.117	(1.026.545)	659.572	702.365
Dividas integradas em planos de pagamento:				
Autoridade Tributária (b)	1.189.297	(527.374)	661.923	636.525
Segurança Social (b)	5.198.431	(3.133.794)	2.064.637	2.559.402
Acionistas	100.000	-	100.000	100.000
	<u>8.173.845</u>	<u>(4.687.713)</u>	<u>3.486.132</u>	<u>3.998.292</u>

A rubrica de Outros passivos não correntes tem registado, durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, o montante de 94.071 euros resultantes da atualização do desconto da dívida (Nota 31).

- (a) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, este montante corresponde ao justo valor dos direitos contratuais de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até outubro de 2022 (Nota 12), vencendo juros à taxa de 6,25%.
- (b) No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI, Segurança Social de Direção Geral dos Impostos, a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº. 316/98, de 20 de outubro, conducente à regularização dos valores vencidos. Com a situação de homologação do Processo Especial de

(Montantes expressos em Euros)

Revitalização, as dívidas existentes do PEC foram adicionadas aos valores correntes em dívida a estas entidades e vão ser liquidadas nos termos e condições do Plano proposto e aprovado:

- . Autoridade Tributária (AT) :
 - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
 - . Redução dos juros de mora vencidos e vincendos nos termos do DL 73/99 e 16/03.
- . Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) :
 - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos.
- . IAPMEI:
 - . Pagamento em 150 prestações mensais, iguais e sucessivas;
 - . Perdão de 80% dos juros vencidos e vincendos.

De forma a garantir parte das prestações, a Empresa mantém ativas as garantias bancárias seguintes:

- . 2.540.548 euros a favor do Instituto de Gestão financeira da Segurança Social;
- . 341.267 euros a favor do IAPMEI.

Desde a apresentação do PER que a Empresa tem liquidado as responsabilidades correntes junto da AT e do IGFSS.

- (c) Em 31 de março de 2014, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar à Rasográfica (acionista) o montante de 100.000 euros relativos a um empréstimo a ser liquidado em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso.

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores, conta corrente (a)	940.425	5.589.401	1.539.054	6.348.304
Fornecedores, títulos a pagar	-	106.384	-	106.384
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	603.066	-	631.680
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	20.145	-	12.572
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	205.492	-	205.492
Outros credores:				
Gestigráfica	1.727.225	-	1.727.145	-
Clientes no âmbito da aplicação do PER (b)	422.999	-	422.999	-
Credores por acréscimos de gastos:				
Rappel a liquidar	57.712	47.501	123.280	329.732
Remunerações a liquidar	117.363	1.654.398	250.697	1.570.830
Juros a liquidar	-	810.309	-	181.483
Fornecimentos e serviços externos	-	318.798	-	730.048
Outros e gastos e perdas	-	145.042	-	147.862
	<u>3.265.724</u>	<u>9.500.536</u>	<u>4.063.175</u>	<u>10.264.387</u>

A rubrica de Outros passivos não correntes no trimestre findo em 31 de março de 2014 tem registados 163.593 euros referentes à atualização do desconto da dívida (Nota 31).

- (a) Em 31 março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, ao arrendamento das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. As responsabilidades futuras foram significativamente reduzidas, pelos aditamentos aos contratos celebrados em 30 de dezembro de 2008 e 30 de novembro de 2010, bem como pelo acordo de 29 de abril de 2013, na qual se fixou a área atualmente ocupada em cerca de 3.500 m² e se fixaram os valores de rendas mensais até julho de 2016.
- (b) Em 31 de março de 2014, a Empresa, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar a clientes o montante global de 900.000 euros relativo a empréstimos a serem liquidados em 60 prestações, mensais e sucessivas, após 4 anos de carência de reembolso.

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Sector público estatal (a)	440.022	544.796
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	1.166.471	999.311
Contrato de impressão (Nota 23)	282.119	266.428
Outros	-	-
Proveitos diferidos (b)	451.284	46.504
	<u>2.339.896</u>	<u>1.857.039</u>

(Montantes expressos em Euros)

(a) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Contribuições para a segurança social	224.922	306.212
Retenção de impostos sobre o rendimento	98.009	130.705
Dívidas integradas em planos de pagamentos	112.197	102.769
Outros	<u>4.894</u>	<u>5.110</u>
	<u><u>440.022</u></u>	<u><u>544.796</u></u>

(b) Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de proveitos diferidos tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Faturação antecipada	-	15.435
Subsidio ao investimento	31.069	31.069
Outros proveitos a reconhecer	<u>420.215</u>	<u>-</u>
	<u><u>451.284</u></u>	<u><u>46.504</u></u>

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2014</u>		<u>31 de dezembro de 2013</u>	
	<u>Activo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>	<u>Activo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>
Pagamento especial por conta	268.429	-	247.476	-
Imposto sobre o rendimento estimado	<u>-</u>	<u>90.142</u>	<u>-</u>	<u>90.142</u>
	<u><u>268.429</u></u>	<u><u>90.142</u></u>	<u><u>247.476</u></u>	<u><u>90.142</u></u>

27. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, nos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são os seguintes:

(Montantes expressos em Euros)

31 de março de 2014						
	Saldos				Transacções	
	Outros activos não correntes (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 17)	Credores por locação financeira (Nota 21)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	Fornecimentos e serviços externos (Notas 8)	Custos com o pessoal (Nota 9)
Acionistas						
Rasográfica (a)	2.066.520	981.711	-	100.000	122.127	-
Gestprint (b)	-	-	929.880	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Conselho de Administração	-	-	-	376.257	-	92.087
	<u>2.066.520</u>	<u>981.711</u>	<u>929.880</u>	<u>476.257</u>	<u>122.127</u>	<u>92.087</u>
31 de dezembro de 2013						
	Saldos				Transacções	
	Outros activos não correntes	Outros activos correntes	Credores por locação financeira	Fornecedores e contas a pagar	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal
Acionistas						
Rasográfica	2.109.591	953.325	-	100.000	483.720	-
Gestprint	-	-	929.880	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Conselho de Administração	-	-	-	351.876	-	530.010
	<u>2.109.591</u>	<u>953.325</u>	<u>929.880</u>	<u>451.876</u>	<u>483.720</u>	<u>530.010</u>

(a) O montante de 3.048.231 euros é constituído por:

- 1.260.000 euros, correspondente a caução prestada ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso se encontra associado ao vencimento desse contrato, se não renovado, pelo que foi registado a médio e longo prazo;
- 1.788.231 euros, do qual 978.804 euros se encontra titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira; deste valor, a quantia de 806.250 euros foi registada a médio e longo prazo.

O montante de 122.127 euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo vencimento ocorrerá em Setembro de 2017, se não renovado (Nota 8).

(b) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão "rotativa 10", com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa de 7,108% e tendo sido definida a opção de compra pelo valor residual de 2.400.000 Euros. Em 31 de dezembro de 2013 tinha procedido a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução no montante de 4.322.380 Euros.

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera "pessoal-chave da gerência" o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em ações aos membros do Conselho de Administração.

28. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros, nos montantes, respetivamente, de 2.889.134 euros e 4.275.211 euros:

	Banco	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.547	2.540.547
IAPMEI (b)	Banif	341.267	341.267
Câmara Municipal de Almada (c)	BES	7.320	7.320
		<u>2.889.134</u>	<u>4.275.211</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do Processo Especial de Revitalização (Nota 23).

(b) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 23).

(c) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial - Cliente.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Locações financeiras	140.785	140.785
Fornecedores	275.809	275.809
Estado e outros entes públicos	2.936.351	2.936.351
	<u>23.592.945</u>	<u>23.592.945</u>

Adicionalmente, em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, a Empresa prestou diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de Dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, e a constituição de penhor do direito do crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

29. RESULTADOS POR AÇÃO

O cálculo do resultado líquido por ação – básico e diluído - corresponde à divisão do rendimento integral consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas de 791.313

(Montantes expressos em Euros)

euros (prejuízo de 735.692 euros em 2013) pelo número médio ponderado de ações ordinárias no período de 186.644.107 (março de 2013: 186.644.107).

Na medida em que não existem títulos diluidores das ações da Empresa, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O rendimento integral consolidado líquido básico e diluído por ação em 31 de março de 2014 e 2013 foi negativo de 0,0042 euros em ambos os trimestres.

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de março de 2013</u>
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a acionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(791.313)</u>	<u>(782.692)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de ações próprias	(52.513)	(52.513)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído (a)	<u>186.644.107</u>	<u>186.644.107</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0042)	(0,0042)
Diluído	(0,0042)	(0,0042)

(a) Este montante corresponde ao número total de ações da Lisgráfica, deduzido de 52.513 ações próprias.

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e 2013, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 92.087 euros e 91.872 euros, respetivamente.

31. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de "Outros Custos Operacionais" em 31 de março de 2014 e 2013, tem a seguinte composição:

(Montantes expressos em Euros)

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de março de 2013</u>
Impostos (a)	28.343	35.581
Descontos de pronto pagamento concedidos	19.605	3.957
Atualização do desconto da dívida:		-
Fornecedores e contas a pagar (Nota 24)	163.593	-
Outros passivos não correntes (Nota 26)	94.071	-
Outros	<u>1</u>	<u>864</u>
	<u><u>305.613</u></u>	<u><u>40.402</u></u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos, essencialmente, a imposto do Selo sobre transações bancárias.

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013 tem a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de março de 2013</u>
Imposto corrente	-	8.140
Imposto diferido (Nota 11)	<u>(123.280)</u>	<u>(592)</u>
	<u><u>(123.280)</u></u>	<u><u>7.548</u></u>

33. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Não auditado	
		31 de Março de 2014	31 de Dezembro de 2013
<u>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</u>			
Activos intangíveis	12	3 029 611	3 207 869
Activos fixos tangíveis	13	10 921 694	11 466 366
Activos por impostos diferidos	11	313 302	347 660
Clientes e contas a receber	16	2 142 421	2 142 421
Outros activos não correntes	14	<u>3 732 060</u>	<u>3 775 131</u>
Total de activos não correntes		<u>20 139 088</u>	<u>20 939 447</u>
<u>ACTIVOS CORRENTES:</u>			
Existências	15	366 552	209 410
Clientes e contas a receber	16	4 337 944	4 878 490
Outros activos correntes	17	1 865 344	2 057 205
Imposto sobre o rendimento	26	268 429	246 476
Caixa e seus equivalentes	18	<u>774 824</u>	<u>380 324</u>
Total de activos correntes		<u>7 613 093</u>	<u>7 771 905</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>27 752 181</u></u>	<u><u>28 711 352</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
<u>CAPITAL PRÓPRIO:</u>			
Capital	19	9 334 831	9 334 831
Reservas	19	13 995 285	13 995 285
Resultados transitados		(31 211 957)	(71 790 471)
Resultado consolidado líquido do exercício	28	<u>(791 313)</u>	<u>40 578 514</u>
Total do capital próprio		<u>(8 673 154)</u>	<u>(7 881 841)</u>
<u>PASSIVO:</u>			
<u>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</u>			
Empréstimos obtidos	20	8 410 892	7 633 815
Loações financeiras	21	1 427 392	430 058
Outros passivos não correntes	23	3 486 134	3 998 292
Fornecedores e contas a pagar	24	3 265 724	4 063 175
Passivos por impostos diferidos	11	<u>4 719 715</u>	<u>4 877 353</u>
Total de passivos não correntes		<u>21 309 857</u>	<u>21 002 693</u>
<u>PASSIVOS CORRENTES:</u>			
Empréstimos obtidos	20	3 184 904	3 378 932
Loações financeiras	21	-	-
Fornecedores e contas a pagar	24	9 500 536	10 264 387
Outros passivos correntes	25	2 339 896	1 857 039
Imposto sobre o rendimento	26	<u>90 142</u>	<u>90 142</u>
Total de passivos correntes		<u>15 115 478</u>	<u>15 590 500</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>27 752 181</u></u>	<u><u>28 711 352</u></u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado	
		31 de Março de 2014	31 de Março de 2013
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	5	4 811 019	5 325 618
Outros proveitos operacionais	6	313 477	252 430
Total de proveitos operacionais		<u>5 124 496</u>	<u>5 578 048</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	7	(1 473 754)	(1 595 294)
Fornecimentos e serviços externos	8	(1 530 122)	(1 492 371)
Custos com o pessoal	9	(1 567 690)	(1 745 977)
Depreciações e Amortizações	12 e 13	(735 302)	(975 016)
Outros custos operacionais	31	(305 613)	(40 402)
Total de custos operacionais		<u>(5 612 481)</u>	<u>(5 849 060)</u>
Resultados operacionais		<u>(487 985)</u>	<u>(271 012)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	10	(426 608)	(504 132)
Resultados antes de impostos		<u>(914 593)</u>	<u>(775 144)</u>
Impostos:			
Impostos correntes		-	(7 548)
Impostos diferidos	32	123 280	-
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(791 313)</u>	<u>(782 692)</u>
Rendimento integral		<u>(791 313)</u>	<u>(782 692)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(791 313)</u>	<u>(782 692)</u>
Resultado por acção			
Básico	29	(0.0042)	(0.0042)
Diluído	29	(0.0042)	(0.0042)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Não auditado						
	Notas	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado consolidado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2012		9 334 831	1 357 744	12 637 541	(64 136 598)	(7 653 873)	(48 460 355)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012		-	-	-	(7 653 873)	7 653 873	-
Efeitos da alteração do perímetro de consolidação		-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013		-	-	-	-	40 578 514	40 578 514
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>9 334 831</u>	<u>1 357 744</u>	<u>12 637 541</u>	<u>(71 790 471)</u>	<u>40 578 514</u>	<u>(7 881 841)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013		-	-	-	40 578 514	(40 578 514)	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de março de 2014		-	-	-	-	(791 313)	(791 313)
Saldo em 31 de março de 2014		<u>9 334 831</u>	<u>1 357 744</u>	<u>12 637 541</u>	<u>(31 211 957)</u>	<u>(791 313)</u>	<u>(8 673 154)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

		Não auditado	
		31 de Março de 2014	31 de Março 2013
	Nota		
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5 186 632	5 083 278
Pagamentos a fornecedores		(3 408 359)	(2 819 938)
Pagamentos ao pessoal		(1 965 558)	(1 495 322)
Fluxos gerados pelas operações		(187 285)	768 018
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(21 424)	(22 855)
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional		122 244	(99 075)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(86 465)</u>	<u>646 088</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos fixos intangíveis		(75 000)	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e proveitos similares		-	-
		<u>(75 000)</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Accionistas		-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(75 000)</u>	<u>-</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		600 000	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>600 000</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	(44 719)
Amortizações de contratos de locação financeira		-	(267 520)
Juros e custos similares		(108 239)	(366 007)
		<u>(108 239)</u>	<u>(678 246)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>491 761</u>	<u>(678 246)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		330 296	(32 158)
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	370 235	110 431
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	700 531	78 273

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2014.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro